

**Intervenção do Ministro das Infraestruturas de Portugal**  
**na XI Reunião de Ministros das Comunicações (RMC) da CPLP**  
**sobre o tema “Desafios das Comunicações da CPLP na Era Digital”**  
**Luanda, 21 de julho de 2023**

Sua Excelência, o Secretário de Estado de Telecomunicações e Tecnologias de Informação de Angola, Pascoal Borges Alé Fernandes,

Sua Excelência, o Secretário de Estado para Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Custódio Vieira Lopes,

Caros colegas, Senhoras e Senhores,

**(Introdução)**

O Sector das comunicações assume um papel vital nas economias dos Estados, funcionando como verdadeiro motor do crescimento económico.

O relatório do Secretário-Geral da ONU sobre a “Nossa Agenda Comum” propôs que fosse adotado um Compacto Digital Global, identificando princípios e valores partilhados para *“um futuro digital aberto, gratuito e seguro para todos”*.

É inegável que o digital tem uma presença fundamental nas nossas vidas - enquanto cidadãos, enquanto produtores e consumidores de conteúdos, enquanto agentes económicos e também na nossa relação com a administração pública. A transformação digital é absolutamente

transversal a todos os sectores da economia e deve ser uma prioridade para todos.

A Agenda Digital da CPLP estabelece como metas para cumprir este objetivo um nível mínimo de harmonização em matéria digital no seio da CPLP, assim como o apoio aos países da CPLP para darem resposta aos desafios particulares e comuns da transformação digital. É para estes mesmos objetivos que os Estados implementam políticas de promoção da conectividade.

**(conectividade)**

Quanto à nossa realidade nacional, em 2022, 88% das famílias portuguesas dispunha de acesso fixo ou móvel à Internet.

Portugal era o 4.º país da UE com maior proporção de acessos de banda larga fixa ultrarrápida.

A utilização de banda larga fixa nas empresas era de 95% e a banda larga móvel representava 86%, tendo Portugal atingido, nesse ano, os valores médios europeus.

Ao nível dos equipamentos Internet das Coisas (IoT), Portugal colocou-se acima da média da UE na utilização de equipamentos de uso pessoal com acesso à Internet como relógios inteligentes, pulseiras de fitness, óculos, equipamentos de localização por GPS, roupas ou acessórios.

Em termos de cobertura, e após um investimento significativo, as redes avançadas estão hoje amplamente disponíveis em Portugal:

- a cobertura de redes de capacidade muito elevada (NGA) situa-se nos 94%;

- mais de 99% do território nacional tem cobertura de redes 4G);
- e encontra-se em curso a instalação de redes de 5G.

**(medidas)**

Estes números relativos à conectividade são positivos, mas temos de ser mais ambiciosos. Alinhados com a Agenda Digital da CPLP e com o objetivo do programa europeu Década Digital 2030 de alcançarmos uma conectividade de 1Gigabit, temos de garantir que todos têm acesso a redes de capacidade muito elevada e de forma acessível.

Numa palavra: sem conectividade não há futuro, e este pertence a todos. Sem exceção.

Saliento algumas medidas neste campo.

Por um lado, a Tarifa Social da Internet, definida anualmente pelo Governo e que visa permitir às famílias com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais aceder a serviços de Internet em banda larga, fixa ou móvel.

Em segundo lugar, destaco as obrigações de cobertura de redes de 5G, que relacionámos com os objetivos da Agenda Portugal Digital (aprovada em 2012 e atualizada em 2015) e que tem o objetivo de até ao final de 2023, 75% da população de cada uma das freguesias consideradas de baixa densidade e de cada uma das freguesias das nossas Regiões Autónomas estar coberta por redes de 5G.

Por fim, destaco a implantação de redes de capacidade muito elevada nas chamadas ‘áreas brancas’, com recurso a financiamento público, designadamente da União Europeia. Estas são áreas onde não existe,

nem se prevê que venham a existir, num futuro próximo, a instalação de qualquer rede de capacidade muito elevada. Portugal está empenhado em lançar muito em breve os concursos públicos que designarão as empresas que implementarão estas redes nas áreas brancas.

Antes de terminar, gostaria ainda de salientar um outro tópico fundamental da Agenda Digital da CPLP e de Portugal – os cabos submarinos.

Portugal, tirando partido da sua posição geoestratégica e consciente da necessidade de diversidade de acessos internacionais, para os quais os cabos submarinos de comunicações eletrónicas são essenciais, tem como desafio desenvolver uma estratégia de amarração de cabos submarinos no seu território. Portugal assume-se assim como um entreposto de dados, um verdadeiro *Hub* digital, naturalmente inserido numa EU Data-Gateway Platform, conceito que Portugal desenvolveu durante a Presidência Portuguesa da UE, em 2021.

**(conclusão)**

Desde Malabo, em 2018, o mundo mudou. Foi interrompido. Ficou suspenso por uma grave pandemia mundial que nos assolou a todos e, nesta primeira oportunidade, depois da nossa última Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, não posso deixar de dizer uma palavra de lamento pelas vidas humanas perdidas ou afetadas.

Apesar da pandemia, o mundo não parou. A rede mundial de comunicações não o permitiu – antes pelo contrário, foram precisamente as comunicações (sobretudo as eletrónicas) que possibilitaram a

conectividade entre todas as geografias e todos os indivíduos. E não parou, certamente, a evolução da tecnologia digital. Por isso, faz hoje todo o sentido que, nesta Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, façamos um diagnóstico e tracemos um plano de ação doravante.

A cooperação entre os países lusófonos permite uma troca de experiências e de conhecimento enriquecedora nestas áreas. É esta relação que temos como privilegiada e prioritária que nos traz a Luanda hoje e é com espírito de cooperação que investimos nesta oportunidade para alavancar novas deliberações no âmbito das comunicações e deste mundo, que é cada vez mais digital.

E é por isso que esta minha intervenção termina com uma referência à Carta CPLP de Direitos e Princípios Digitais – uma forma de alinharmos as nossas aspirações a tornar verdade *online* o que já é verdade *offline*, e acompanhando, já na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ambição demonstrada a nível global pela ONU e pelo Compacto Digital Global em termos de direitos digitais. Neste sentido, desafiamos todos os Estados-Membros a proporem e adotarem uma Carta CPLP de Direitos e Princípios Digitais na Cimeira de Chefes de Estado que decorrerá este ano em São Tomé e Príncipe e nesta medida, a acrescentar uma menção na declaração final desta reunião com este fim. Contamos com todos.

Obrigado.